

# Anbid propõe que Banco Mundial 'compre' os empréstimos ao Brasil

O Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), Ary Waddington, em estudo sobre a atual crise brasileira, que foi entregue aos ministros da área econômica, propôs, como solução para a questão do pagamento da dívida externa, que o Banco Mundial "comprasse" os empréstimos concedidos pelos bancos privados internacionais ao Brasil.

O pagamento desses créditos seria feito pelo Banco Mundial por meio da emissão de títulos (bons) com prazos de 20 anos, carência de cinco para o pagamento de juros e de dez anos para o do principal. Os juros seriam reajustados semestralmente, a uma taxa equivalente à taxa preferencial (prime) média dos cinco maiores credores do Brasil.

Paralelamente, o Banco Mundial, de acordo com a proposta de

Waddington, renegociaria a dívida com o governo brasileiro, nas mesmas condições de prazo, mas a uma taxa de juros fixa de sete por cento ao ano. A diferença entre a taxa de juros paga pelos títulos e a cobrada ao Brasil seria coberta pelo Governo dos Estados Unidos, sempre que a taxa prime média ultrapassasse o nível de 6,5 por cento ao ano.

A instituição financeira internacional constituiria no País, em cruzeiros, um Fundo de Desenvolvimento Econômico, com administração quadripartite (Banco Mundial, Governo, setor privado e Congresso), com os recursos resultantes dos recebimentos, no Brasil, do valor dos empréstimos em moeda estrangeira que vencessem. Esses recursos seriam utilizados no financiamento de projetos ou empreendimentos, preferencialmente

privados, que melhor contribuissem para acelerar a recuperação sócio-econômica do País.

O Presidente da Anbid destacou no trabalho que o principal mérito dessa sugestão é o de conciliar as limitações brasileiras, em termos de prazo e de taxas desses empréstimos, com o legítimo direito dos bancos credores receberem uma taxa de juros compatível com as características da operação, principalmente no que diz respeito à qualidade do risco.

Além disso, não representaria necessariamente ônus para o contribuinte americano (tax payer), porque o Governo dos Estados Unidos seria responsável apenas por suas ações futuras, deixando de "poder exportar impunemente para o resto do mundo o efeito perverso de sua política econômica doméstica".